

DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ

BOLLER, Gessi
73152
PERBONI, Leila
1088468

MACEDO, Diony Ferreira Silva

RESUMO

Muito se fala sobre inclusão do deficiente, mas poucos entendem realmente como eles se sentem diante da sociedade e dos desafios enfrentados desde o início dos tempos, nas primeiras civilizações. A luta é diária por parte dos mesmos que buscam leis que sejam cumpridas e melhores condições onde quer que estejam na escola, na rua ou em casa. Contudo, o apoio da escola, da família e da sociedade é de fundamental importância para que seja cobrado os direitos e superados as barreiras, muitas vezes impostas por falta de conhecimento ou empatia. Portanto, no ambiente escolar é necessário uma proposta pedagógica consciente que favorece o desenvolvimento completo dos alunos, ou seja, nos aspectos biológicos, psicológicos e sociais do ser humano. Na inclusão do deficiente auditivo ou o aluno surdo na escola é de suma importância um profissional que domina a língua de sinais (intérprete), para que realmente o aluno possa garantir sua participação e aprendizagem como direito comum de todos. A deficiência auditiva é a incapacidade total ou parcial de ouvir, apresentando assim um entrave ao desenvolvimento social dos indivíduos com deficiência. Nesse sentido, observa-se a importância da inclusão escolar, que deve garantir a igualdade de acesso ao conhecimento a todos os alunos.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Surdo. Libras.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa tem como objetivos pesquisar e aprofundar os conhecimentos levando em consideração todas as áreas que englobam a educação especial, diante das várias temáticas, como um grande desafio e de grande importância, a abordagem da deficiência auditiva e a língua de sinais, diante disso houve também a necessidade de fazer uma breve explanação sobre a inclusão escolar, pois dentro desse cenário da educação especial é de grande importância abordar esse assunto e toda problemática que a cerca.

Na abordagem da deficiência auditiva, compreendeu-se a importância de fazer um breve histórico da luta pela igualdade e direitos dessas pessoas, que na idade média eram tidas como inferiores e castigados pelos deuses e até mesmo abandonados e sacrificados. Somente no século XVI esse contexto começa a mudar, começando pelo ensino aos filhos dos nobres, passando assim por várias mudanças e evoluções, que se estendem até os dias de hoje. Essas conquistas se deram por grandes movimentos como Convenção sobre os Direitos da Criança (1989), Conferência Mundial Educação para Todos (1990) convenção da Guatemala (1999) e documentos como declaração de Salamanca (1994) entre tantos outros não menos importantes que trouxeram grandes avanços para todas as pessoas com deficiências inclusive os surdos.

Diante dos grandes desafios que cercam esse assunto não podíamos deixar de explanar o grande aliado para educação de pessoas com deficiência auditiva ou surdas que é a língua de sinais, no Brasil chamada de Libras (Língua Brasileira de Sinais) oficializada pela Lei 10.436/2002, como meio de comunicação e expressão das comunidades surdas do país, trata-se de comunicação através de gestos que incluem mãos, face e corpo, tem a mesma complexidade da língua verbal mas com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos é de grande importância para a comunicação e para inseri-los ao meio social.

Em face do cenário atual onde a inclusão de todos os alunos deve ser realizada de forma completa e eficiente nas escolas de educação especial, bem como em escolas regulares, onde os mesmos estão tendo a oportunidade de participar ativamente da sociedade, com acesso ao saber, às informações e à vivência da cultura, pois a escola, a igreja, a televisão, os eventos sociais e outros equipamentos adotaram intérprete de LIBRAS para que os sujeitos surdos possam exercer o seu direito à participação na comunidade onde estão inseridos.

Escolher o tema deficiência auditiva e estudá-la, trouxe grande aprendizado e acresceu nossa bagagem de profissionais em educação especial significativamente, possibilitou adentrar um mundo diferente do mundo típico, e poder aprender com ele e compreender que as mãos e as expressões também falam. Entender que a inclusão destes alunos cria inúmeros desafios ao sistema de ensino e congrega a exigência do reconhecimento dessa diferença por este sistema, perpetuando o mito de que os Surdos são deficientes e incapazes. E ver como pessoas inteligentes,

capazes de se expressar, ser entendidos, compreendidos e devem ser inseridos na sociedade como um todo, pois incluir é amar, respeitar, integrar os sujeitos com toda veracidade docente, a fim de que todos, sem exceção se sintam acolhidos tendo a possibilidade de desenvolverem-se enquanto humanos que são dotados de habilidades e singularidades assumindo seu importante papel no meio que os cinge.

2 UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DOS SURDOS

Desde as primeiras civilizações, pela necessidade da luta pela sobrevivência, o ser humano teve a tendência a valorizar o mais forte e o que se destacava entre os demais, assim causando a exclusão, segregação, sofrimento e dor àqueles julgados mais fracos e que possuíam alguma deficiência ou morbidade. Somente do século XX em diante que surgiram vários movimentos e pensadores lutando pela valorização de todos com suas diferenças onde a inclusão nos chama à compreensão frente à fragilidade humana, nos levando a compreender o outro como ele é, em sua essência e em sua diversidade, é necessária refletir sobre toda a complexidade que permeia o viver humano, e esta realidade é premissa de todo e qualquer trabalho pedagógico que tem por princípio interferir na vida do sujeito.

Neste sentido, Morin (2000, p.49-50), afirma que a diferença é uma condição inerente à condição de humano e a aceitação desse valor é um imperativo inquestionável:

Cabe à educação do futuro cuidar para que a ideia de unidade da espécie humana não apague a ideia de diversidade, e que a da sua diversidade não apague a da unidade. Há uma unidade humana. Há uma diversidade humana. A unidade não está apenas nos traços biológicos da espécie Homo sapiens. A diversidade não está apenas nos traços psicológicos, culturais, sociais do ser humano. Existe também diversidade propriamente biológica no seio da unidade humana; não apenas existe unidade cerebral, mas mental, psíquica, afetiva, intelectual; além disso, as mais diversas culturas e sociedades têm princípios geradores ou organizacionais comuns. É a unidade humana que traz em si os princípios de suas múltiplas diversidades. Compreender o humano é compreender sua unidade na diversidade, sua diversidade na unidade. É preciso conceber a unidade do múltiplo, a multiplicidade do uno. (MORIN, 2000, p. 49-50)

Diante da historicidade do ser humano e sobre a visão da diversidade e da inclusão percebe-se que a deficiência é social e construída, porque, em cada época, os homens dispõem de informações, recursos, conhecimentos, crenças e valores próprios daquele momento da história. O caminho percorrido pelos deficientes até

chegarem à condição de serem escolarizados foi longo e muitas vezes cruel. No entanto, e felizmente, o mundo mudou, os conhecimentos foram se ampliando, a Medicina evoluiu e as tecnologias chegaram para facilitar o cotidiano das pessoas.

2.1 PRIMEIROS EDUCADORES - DIFERENTES METODOLOGIAS

Na Idade Média os surdos eram vistos de diferentes formas, ora com piedade e compaixão, ora como castigo dos deuses ou enfeitizados, abandonados à própria sorte ou até mesmo sacrificados, marginalizados como pessoas primitivas e ainda considerados ineducáveis. Segundo Fernandes (2012 p. 20 e 21)

Por muito tempo os surdos foram vítimas de uma concepção equivocada que vinculava a surde à falta de inteligência, levando-os a serem marginalizados, com base na crença hegemônica de que, como não poderiam falar, não desenvolveriam linguagem... (Fernandes 2012 p. 20).
...em Roma, os surdos eram condenados à escravidão ou à morte, recaindo novamente na ideia de que o pensamento se desenvolve somente através da palavra articulada oralmente. (Fernandes 2012 p. 21).

O século XVI marca, na Espanha, as principais experiências individuais de ensino aos surdos filhos de nobres. Foi o monge Pedro Ponce de León (1520-1584), o primeiro professor que dedicou-se à educação destes surdos para que eles pudessem assumir seus compromissos e posses, o mesmo desenvolveu um alfabeto manual, datilografia, que ajudava os surdos a soletrar as palavras. O padre espanhol Juan Pablo Bonet (1579-1633) deu continuidade ao trabalho de León. Considerado um dos primeiros defensores do oralismo, ensinava os surdos a lerem e a falarem. Já, o médico britânico Jonh Bulwer (1606-1656), defendia o uso de gestos para a comunicação, ao observar dois surdos a conversar em língua gestual, percebeu que a língua gestual era essencial na educação dos surdos. Publicou vários livros a sua defesa. Um de seus importantíssimos trabalhos foi o Chirologia – a língua natural da mão. Nesse sentido, John Wallis (1616 a 1703), educador de Surdos e estudioso da surdez, desistiu de ensinar aos surdos a oralidade, dedicando-se mais a ensiná-los a escrever usando gestos.

2.2 A CONQUISTA DE DIREITOS EDUCACIONAIS

Samuel Heinicke (1727-1790) foi o educador que inaugurou, na Alemanha, a primeira instituição para surdos, e que usava apenas uma língua, a língua oral, na

educação dos alunos. Defensor da língua oral, considerava que a prioridade no ensino de surdos fosse a linguagem falada e que a língua de sinais prejudicaria a aprendizagem. Mas, utilizava os sinais e o alfabeto digital para poder ensinar. Ao contrário as ideias de Heinicke, na França Charles Michel L'Épée (1712-1789) criou a primeira escola para surdos, com o intuito de ensinar a Língua de Sinais como ponto de partida para o ensino e defendia que todos os surdos aprendessem a ler e a escrever independente da sua condição social.

O Instituto Nacional de Surdos, escola criada por L'Épée, marcou historicamente a educação dos surdos, pois além de reconhecer a necessidade do uso da Língua de Sinais no processo pedagógico, a escola tinha como eixo a orientação e formação de professores surdos para crianças e jovens surdas e a formação de diferentes profissionais em diferentes áreas que constituía parte da cultura surda.

Apesar de todos os avanços obtidos e mesmo contra a vontade dos surdos, na segunda metade do século XIX, os Oralistas ganharam força dos aliados a interesses políticos, econômicos e a influência da medicina passou a narrar a surdez como uma anomalia sujeita a cura. Em 1880 na Itália, no Congresso de Milão, reuniram-se representantes de vários países da Europa e da América, na maioria professores ouvintes contrários aos interesses dos surdos e com o apoio do defensor do oralismo Alexandre Graham Bell e por votação, o uso da língua de sinais foi oficialmente proibido, a partir de então, o ensino da língua oral era o único objetivo do ensino. Com a subordinação da educação pela expressão oral, os surdos que participavam do processo escolar precisar se conter em tarefas menores como cozinheiros ou técnicos em algum trabalho ou excluídos da escola. Assim, se teve a educação antes e depois de Milão. De 1880 a 1960, o oralismo se prevaleceu como filosofias educacionais e diferentes metodologias foram usadas como objetivo de fazer o surdo falar, colocando essa possibilidade como condição para o acesso à escolaridade e, por conseguinte a interação na sociedade.

Na primeira avaliação sistemática do método oral, Binet e Simon (dois psicólogos criadores do teste de quociente de inteligência) concluíram que os Surdos não conseguiam realizar uma conversação, só podiam ser entendidos e entender aqueles a quem estavam acostumados. O uso dos Sinais só voltou a ser aceito como manifestação linguística a partir de 1970, com a nova metodologia criada, a Comunicação Total, que preconizava o uso de linguagem oral e sinalizada ao

mesmo tempo.

No Brasil a Língua de Sinais ganhou espaço a partir de 1857 quando Eduard Huet, um francês que ficou surdo aos doze anos veio ao país a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para meninos surdos primeiramente chamada Imperial Instituto de Surdos Mudos, atual INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos). Atualmente, o método mais usado em escolas que trabalham com alunos com surdez é o Bilinguismo, que usa como língua materna a Língua Brasileira de Sinais e como a segunda língua, a Língua Portuguesa Escrita. A partir da fundação da escola, os surdos brasileiros puderam então criar a Língua Brasileira de Sinais, que se originou da Língua de Sinais Francesa e das formas de comunicação já utilizadas pelos surdos de vários locais do país.

Dentre esses acontecimentos históricos, temos grandes marcos importantes que nortearam grandes conquistas tanto para as pessoas num modo geral como para as com necessidades especiais, alguns que se destacam a nível internacional são: A Declaração Universal dos Direitos do Humano pela ONU, segundo Ribeiro (1948);

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades, e, pela adoção de medidas progressivas de caráter nacional e internacional, por assegurar o seu reconhecimento e a sua observância universal e efetiva, tanto entre os povos dos próprios Estados-membros, quanto entre os povos dos territórios sob sua jurisdição. (ONU,1948)

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); a Conferência Mundial Educação para Todos (1990), com a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990); a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade, com a Declaração de Salamanca (Brasil, p.11-12, 1994);

A Declaração de Salamanca (elaborado na Europa e publicado em 1994) é o documento tido como marco mundial para a Educação Inclusiva, pelo qual a educação é sublinhada como direito de todos e deve ser oferecida, dessa maneira, sem distinção de qualquer diferença, seja ela por questão física, social, psicológica, etc. Consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de

necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 11-12). (BRASIL, 1994).

A Convenção de Guatemala (1999) e a Carta do Terceiro Milênio (1999). No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, com objetivos e métodos pedagógicos com oficinas onde se utilizava a leitura tátil, explorando linhas em alto relevo para alfabetizar essas pessoas. Depois, esse Instituto passou a ser chamado de Instituto Nacional de Cegos e posteriormente, como até hoje é conhecido, Instituto Benjamin Constant (IBC) e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominados Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro.

3 LÍNGUA DE SINAIS (LIBRAS)

No mundo silencioso dos surdos é visto a grande necessidade e utilidade de uma forma de comunicação para compreender as coisas ao seu redor, para o entrosamento na sociedade e para um melhoramento contínuo na vida social. E a melhor forma de comunicação dos surdos é a língua de sinais (Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS) que dá condições de apropriação do conhecimento igualitário aos dos ouvintes. Assim, a igualdade de condições de vida dos surdos e ouvintes se dá através do reconhecimento das diferenças e a capacidade da comunicação entre ambos. Para Lacerda, Santos e Martins (2019, p.31):

A libras é um sistema de signos compostos por regras e elementos gramaticais que permitem a seus usuários serem capazes de se comunicar e se compreender de forma efetiva. É considerada por muitos como natural porque surge espontaneamente da necessidade de comunicação dos membros da comunidade surda do Brasil. (2019, p. 31)

É importante compreender que a língua de sinais, é uma língua visual-gestual, o que se diferencia da língua portuguesa, que é oral-auditiva, porém tem seus significados, suas regras e exercem o papel fundamental de um língua, a comunicação, expressando o sentimento, vontades e ideias, a língua de sinais não é uma língua oral, e sim, uma língua usada para a comunicação de surdos, surgiu do convívio entre as pessoas que não podiam ouvir e seus familiares, ela depende muito do movimento rítmico das mãos e das expressões faciais determinando o sentido da palavra.

A Língua de Sinais pode ser comparada à complexidade e à expressividade das línguas orais. No entanto, as línguas orais são articuladas verbalmente, captadas auditivamente e se caracterizam por um fluxo linear, quer seja na forma oral ou na forma escrita, as línguas de sinais são articuladas por gestos que incluem mãos, face e o corpo, captadas visualmente, e se caracterizam por um fluxo de elementos simultâneos que se sucedem temporalmente num espaço articulatório determinado. Como todas as outras línguas, a língua de sinais é viva, pois está em constante transformação com novos sinais, sendo introduzidos pela comunidade Surda de acordo com sua necessidade. Segundo Lacerda, Santos e Martins (2019, p.25)

As línguas de sinais também apresentam variações regionais, a depender das diferentes formas de organização das pessoas que as utilizam. Tais variações podem ser maiores ou menores, em consequência das condições de vida, das influências culturais, da proximidade ou não com outros grupos usuários dessa mesma língua. (LACERDA, SANTOS, MARTINS 2019, p.25)

A importância da língua de sinais como um meio de comunicação para os surdos deve ser levada em consideração. A pessoa com surdez tem as mesmas possibilidades de desenvolvimento que a pessoa ouvinte, só precisa ter suas necessidades especiais supridas, visto que o “normal” do ser humano é a linguagem. Se comunicar faz parte para sua sobrevivência. Assim diz o MEC (2006, p. 17).

A influência da surdez sobre o indivíduo mostra características bastante particulares desde seu desenvolvimento físico e mental até seu comportamento como ser social. Neste aspecto, destaca-se a linguagem como fator de vital importância para o desenvolvimento de processos mentais, personalidade e integração social do surdo. A comunicação é, sem dúvida, o eixo da vida do indivíduo, em todas as suas manifestações como ser social (MEC 2006 p. 17)

Ao se tratar do deficiente auditivo ou surdo, esbarramos em diversos problemas como, a falta de comunicação oral, que prejudica o aprendizado e a aplicação de metodologias não contextualizadas com a realidade do mesmo. Na comunidade surda eles se identificam como surdos e se comunicam através da língua de sinais. Sabe-se da importância que a LIBRAS, Língua Brasileira de Sinais, tem para quebrar barreiras de comunicação e para o desenvolvimento do surdo e é essencial para a realização do processo inclusivo de qualidade. De acordo com Fernandes (2011 p. 82).

A Libras é a sigla utilizada para designar a língua brasileira de sinais, já que cada país tem sua própria língua, que expressa os elementos culturais daquela comunidade de surdos. É utilizado pela comunidade surdas brasileiras, principalmente dos centros urbanos pois muitas vezes os surdos que vivem em localidades distintas e em zonas rurais acabam por desconhece-la e, assim, acabam por desenvolver um sistema gestual próprio de comunicação, restrito as situações e as vivencias cotidianas. Há, também, alguns surdos que vivem nas grandes cidades que desconhecem a língua de sinais por inúmeros fatores ou não aceitação pela família, a falta de contato com outros surdos que utilizam a opção tecnológica da escola em que foi educado entre outros aspectos (FERNANDES, 2011, p.82)

Conhecer a cultura dos surdos é a melhor maneira que tem para entender que eles são capazes, que eles possuem uma identidade. Incluir uma pessoa surda, é dar a ela a oportunidade de mostrar sua capacidade, mas para que isso ocorra, precisa-se de estratégias para que a mesma possa demonstrar sua capacidade, dando suporte na sua língua materna que é a língua de sinais e deixar que eles expõem suas ideias e virtudes.

No Brasil a língua materna usada pelos surdos é a língua de sinais (LIBRAS), o surdo nesse aspecto linguístico não é melhor nem pior do que o ouvinte, o que há é uma diferente forma de comunicação, onde o mesmo utiliza-se de uma linguagem visual-espacial, percebendo de maneira diferente os estímulos à sua volta, mas não de maneira inferior ou menos válida. Nas palavras de Bisol & Valentin(2011):

Não se trata, portanto, de uma simples nomenclatura. Esta diferenciação permite compreender, por exemplo, que um surdo não passa despercebido em uma sala de aula ou em um local de trabalho, pois utiliza as mãos para se expressar em uma língua gestual-visual e poderá se utilizar da mediação de um intérprete de língua de sinais. A situação do deficiente auditivo é outra: ele será percebido pelos demais quando se nota a presença de uma prótese auditiva ou se percebe alguma dificuldade (geralmente pequena) de fala. É comum que o deficiente auditivo se esforce muito para que sua dificuldade não seja percebida. (BISOL & VALENTINI, 2011)

Para o surdo saber falar com as mãos é aprender viver a vida na voz do silêncio, é ser livre e poder se expressar, é poder enfrentar os desafios de longe e de perto com um brilho no olhar, é exercer seu papel em uma sociedade. Para Bortoloti, p.17:

A Língua de Sinais é utilizada pela maioria das pessoas surdas oferecendo a elas a oportunidade da comunicação e expressão, desenvolvendo seu potencial de maneira que, a língua oral não os permite, pois é organizada de uma forma que define suas próprias regras em todos os níveis linguísticos [...] expressando ideias complexas e abstratas, transmitindo informações. (BORTOLOTI, p.17)

Reconhecer a importância da língua de sinais tem feito a diferença no engajamento da aprendizagem dos surdos, a língua de sinais possibilita que outras conquistas sejam alcançadas, como estudar em escolas públicas com tradutores e/ou intérpretes de libras.

Mas só o processo de inclusão não é suficiente para a comunidade surda. Eles precisam bem mais que isso, eles precisam ser reconhecidos e respeitados como deficientes. Nas palavras de Fernandes (2012, p.59)

Os movimentos sociais de pressão, orquestrados pelas comunidades surdas no Brasil e no mundo, levantaram bandeiras em torno da necessidade do reconhecimento de sua situação linguística diferenciada, que os aproxima de outros grupos étnicos minoritários e os distancia das pessoas com deficiências. Este fato foi determinante para entender o porquê de os Surdos afirmarem, na atualidade, que a surdez não é uma deficiência, mas sim uma diferença. (FERNANDES 2012, p.59)

Para entender melhor e compreender, o que distingue surdez de deficiência auditiva é somente a profundidade da perda auditiva. As pessoas que têm perda profunda, e não escutam nada, são surdas. Já as que sofreram uma perda leve ou moderada, e têm parte da audição, são consideradas deficientes auditivas. Na citação Perret e Batshaw diz:

Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva. A intensidade produzida por um som é medida em decibéis (dB). O som mais delicado que uma pessoa pode ouvir é definido por 0 dB de nível de audição, o som de uma pessoa murmurando registrará 30 dB. O nível normal de conversa mede de 45-50 dB de nível de audição, e um concerto de rock pode medir cerca de 100 dB, que podem até causar surdez temporária (PERRET e BATSHAW,1990).

Quando se refere ao processo de inclusão do aluno com deficiência auditiva ou surdez, ainda se enfrenta várias barreiras, como a situação linguística e a importância da língua de sinais como meio de comunicação dos mesmos. Segundo Sasaki (2005):

“A educação brasileira está vivendo um momento de mudança de paradigmas, de perplexidade frente ao novo. O mundo caminha para a construção de uma sociedade cada vez mais inclusiva”. A inclusão escolar tem objetivo de construir uma escola mais acolhedora, que garanta o acesso e a permanência com sucesso de todos os alunos. (SASSAKI 2005)

As políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações encontradas na escola e na sociedade, abrangendo todo e qualquer espaço educacional ideal para a aprendizagem de todos os que venham necessitar, destes espaços.

3.1 LIBRAS NO ESPAÇO ESCOLAR

Inúmeras são as discussões quando envolve a aprendizagem e a educação de crianças surdas. Os sistemas de ensino devem se preparar e se transformar para atender o público da educação inclusiva com respeito a diversidade dos alunos sem discriminar nenhum dos mesmos. A escola e os profissionais precisam de preparo e constante aperfeiçoamento. Mas, quando se fala em uma criança surda, o papel do professor intérprete é suprir a ânsia que os alunos têm de aprender e serem entendidos em seu mundo. Segundo o Ministério da Educação (2005, p.14)

As características do meio socioeconômico e cultural no qual a criança está inserida pode desencadear atrasos no seu processo inicial de aprendizagem e desenvolvimento. Assim, as capacidades apresentadas por elas podem ser decorrentes não da deficiência em si, mas da relação entre a forma, o método e o conteúdo das interações vivenciadas, ou seja, a aprendizagem vai ser dependente do modo como a criança estabelece seu contato com o meio e este com ela, de qual o recurso utilizado na comunicação e a de sua capacidade de ser compreendida e de compreender as demandas do seu universo familiar, escolar, social e cultura. (Ministério da Educação, 2005, p.14)

No Brasil, a Libras foi aceita legalmente como meio de comunicação surdas a partir da Lei 10.426, de 24 de abril de 2005. Mas as políticas educativas deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações, levando em consideração o ensino da língua materna da comunidade surda, a língua de sinais. E a escola precisa justamente criar condições para que o aluno surdo desenvolva sua competência comunicativa, e que ele possa estar usando a mesma, com apoio, segurança e com os recursos que forem necessários para poder se estabelecer nos contextos que está interagindo.

O professor precisa considerar os diferentes níveis de conhecimento prévio que os alunos trazem e ampliar estes conhecimentos, criando situações comunicativas diferenciadas para que eles entendam gradativamente o contexto linguístico. Uma vez, que, a escassez de profissionais capacitados na língua de sinais é muito grande e o número de alunos sem apoio (de intérprete) é imensa. Sem esquecer, que é a língua de sinais que dá condições de os surdos tornarem-se

cidadãos, através da apropriação de conhecimentos científicos disponíveis na educação. Assim, para Meneguete e Quinteiro, 1998, p.XII)

... a promoção da igualdade de condições de vida entre surdos e ouvintes passa necessariamente pelo reconhecimento de diferença, pelo respeito à realidade relativa do surdo. O reconhecimento da diferença está pautado na capacidade de os surdos apresentarem uma forma de comunicação organizada em uma modalidade gestual-visual, a língua de sinais. ...com metodologias específicas e respeito a sua linguagem e potencialidades. (MENEQUETE e QUINTEIRO, 1998, p. XII)

Contudo, é preciso um trabalho educativo transformador, por parte da escola e dos profissionais, considerando o deficiente no seu tempo e nas suas necessidades imediatas em se tratando da aprendizagem e comunicação. Que fortalece e se preocupe com todas as dimensões do ser humano e crie um ensino de qualidade sem discriminação e desigualdades. Ainda, Silva e Vizim (2001, p.37) lembram que a utopia da escola inclusiva depende de que se acredite que todos os alunos são capazes de aprender.

Entretanto, a adaptação curricular precisa ser revista e ter um propósito de minimizar os efeitos, ou melhor, as consequências da deficiência auditiva, por meio de materiais acústicos, de textos escritos com a intermediação da LIBRAS, do sistema alternativo que compreende o Bilíngue, do apoio das escolas e da atenção visual que o professor deve ter em todos os procedimentos, independentemente de quais sejam. O professor precisa sempre lembrar que há um aluno surdo na classe, para adaptar os recursos necessários para sua efetiva e significativa aprendizagem, como os materiais de apoio visual, a fim de melhorar a aquisição dos conceitos (pelo aluno surdo) trabalhados pelo professor em seu cotidiano.

4 INCLUSÃO ESCOLAR

Ao abranger o assunto inclusão precisa direcionar um olhar de uma forma particular as diferenças e deficiências de cada um, trabalhando e educando em conjunto com toda a equipe multidisciplinar da escola sem fazer segregação dos mesmos para assumirem seus papéis diante da sociedade que estão inseridos.

Segundo Silva e Vizim (2001, p. 25) afirma;

Vários estudos e experiências têm demonstrado a importância dessa escola inclusiva, na qual as estruturas se modificam tendo com paradigma assegurar o direito a uma escola de qualidade a todos, isto é, uma escola que respeita as diferenças de cada um de seus alunos e que não é reprodutora das desigualdades sócias. Cabe ressaltar que uma escola efetivamente inclusiva coloca a questão da incorporação de todas as crianças, inclusive as portadoras de deficiências, ao ensino regular, sob a ótica de adequação da escola a elas e não das crianças “diferentes” à escola, reconhecendo a existência das mais variadas diferenças. (SILVA e VIZIM (2001, p. 25)

Todas as pessoas são seres humanos racionais e sociáveis com necessidades e capacidade de conviver e compartilhar sua vida com o outro, sendo que cada um na sua individualidade tem o privilégio de aprender e ensinar numa troca de conhecimentos seja na família, na sociedade ou na vivencia escolar, com dignidade e respeito.

Neste sentido a inclusão na escola tem como objetivo acolher e dar a possibilidade de todos as crianças e adolescentes terem direito garantido a educação, desde a infância até o ensino médio, para serem sujeitos de seu próprio desenvolvimento, autônomo, crítico, criativo e participativo que deve ser apoiado e valorizado com suas dificuldades e diferenças. A escola é considerada a primeira instituição em que a criança é inserida depois da família, com seu caráter formal e objetivo estabelece suas finalidades não apenas no que se diz respeito a transmissão de conteúdo do ensino e os cuidados com sua transmissão, mas, sim da forma dada ao conhecimento dessas crianças e jovens ao sentido que elas tem de si mesmos. A experiência escolar é algo mais profundo e complexo que o processo de instrução, abrange um processo amplo de socialização onde a criança vê no outro um meio de aprendizagem e crescimento.

Entendendo a educação como necessidade ontológica do sujeito humano, sendo que há uma tendência natural do indivíduo para atos de sociabilidade e de investigação curiosa desde a infância, pela descoberta de novos conhecimentos que o leve para uma interação mais produtiva e entusiástica em seu mundo de vivência. Nesse sentido, o sujeito precisa ser instigado com veridicidade no ambiente educativo, a partir de atos pedagógicos que estimulem o seu pleno desenvolvimento individual e coletivo, primando por atitudes que elevem os aspectos da inclusão de tal sujeito em todos os aspectos de sua interação consigo mesmo, com o seu mundo externo e com todos os semelhantes que permeiam o seu âmbito de interação social.

A Declaração de Salamanca (elaborado na Europa e publicado em 1994) é o documento tido como marco mundial para a Educação Inclusiva, pelo qual a educação é sublinhada como direito de todos e deve ser oferecida, dessa maneira, sem distinção de qualquer diferença, seja ela por questão física, social, psicológica, etc.

Consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 11-12). (BRASIL, 1994).

Os aspectos históricos corroboram para elaborar um pensamento notório em prol do bem comum, fazendo com que as práticas de outrora sejam aprimoradas para que os sujeitos aprendizes de agora sejam motivados a serem o melhor que puderem ser, e essa mudança pode e deve ser efetivada por intermédio de atos educativos responsáveis e amorosos. O atendimento especializado é necessário ao aluno foco da Educação Inclusiva, os quais precisam ser atendidos também fora do ensino regular. Sendo assim, têm-se o atendimento em contra turno escolar, no qual está inserido um trabalho mais preciso frente às necessidades cognitivas dos educandos, bem como estímulos a serem realizados de maneira mais individual. Tais ambientes pedagógicos são denominados de Sala de Recursos e Sala de Recursos Multifuncionais (SRM).

Mantoan (2005), nos incita a acreditar e lutar, veementemente, por uma educação que promova o respeito pelas diferenças na escola de hoje, ou seja, precisamos respeitar o sujeito humano, de maneira que a sua “deficiência” não seja um fato relevante para o seu desenvolvimento, mas que seja uma característica da singularidade do sujeito, que deve ser respeitada. Tão somente assim precisamos mudar a forma de olhar os semelhantes no contexto educativo, promovendo o diálogo propício para que todos, sem exceção, tenham oportunidades diversas de se desenvolverem. Para Mantoan (2005), inclusão:

[...] é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro. (MANTOAN, 2005).

Mantoan (2005), reforça ainda que:

Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, poderes e responsabilidades educacionais. As ferramentas estão aí, para que as mudanças aconteçam, urgentemente, e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta os pilares teórico metodológicos em que ela se sustenta. (MANTOAN, 2005, p.2).

Para Freire (2003), refere-se a postura ética e comprometida do professor, ponto culminante para que haja uma educação respeitosa frente ao educando em todos os aspectos da práxis educativa. Acredita-se que a amorosidade do professor pode e deve romper as barreiras dos pragmatismos vigentes:

[...] nunca me foi possível separar em dois momentos o ensino dos conteúdos da formação ética dos educandos. A prática docente que não há sem a discente é uma prática inteira. O ensino dos conteúdos implica o testemunho ético do professor. A boniteza da prática docente se compõe do anseio vivo de competência do docente e dos discentes e de seu sonho ético. Não há nesta boniteza lugar para a negação da decência. (FREIRE, 2003, p.106).

A Educação Inclusiva nos espaços educativos é um direito de todos os sujeitos, dessa maneira o Mestre Paulo Freire nos instiga a refletir sobre esse aspecto da inclusão pelo prisma da Dignidade Humana. Nesse contexto Freire (2003), reforça que o respeito à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos conceder uns aos outros. Sabe-se que é de suma importância aprimorar o estudo teórico enquanto professor ético e comprometido com sua práxis educativa, portanto, abordamos vários autores importantes para a apreensão de novos saberes, os quais possam ser relevantes para a prática cotidiana das escolas. Alarcão (2001), afirma que “a educação é o cerne do desenvolvimento humano”. Vale reforçar que, as Políticas públicas instauradas na sociedade atual são de grande relevância para a concretização de um panorama de Educação Inclusiva, porém, são as estratégias do professor comprometido no chão

da sala de aula que fará a diferença positiva na vida dos alunos, os quais precisam ser incluídos no contexto educativo, diariamente. De acordo com Saviani (1980), algumas posturas são intrínsecas ao professor contemporâneo que tem como missão garantir uma Educação Inclusiva de qualidade. Dentre tais evidenciam-se: — estar consciente da realidade; ter ações eficazes; atitude; criticidade.

As políticas educacionais deverão levar em conta as diferenças individuais e as diversas situações encontradas na escola e na sociedade, abrangendo todo e qualquer espaço educacional ideal para a aprendizagem de todas as crianças que venham necessitar, destes espaços. Como prescreve a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96.

No entanto a inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os alunos provoca e exigem da escola brasileira novos posicionamentos e é um motivo a mais para que o ensino se modernize e para que os professores aperfeiçoem as suas práticas. É uma inovação que implica num esforço de atualização e reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas onde a estrutura da instituição educacional ainda é uma grande barreira, pois apesar das políticas públicas educacionais avançadas, as escolas regulares, em sua grande maioria, carecem de recursos físicos e financeiros, e principalmente humanos (professores especializados), para que aconteça realmente a inclusão do aluno na sala, onde as diferentes deficiências encontram dificuldades de adaptação aceitação e a verdadeira inclusão, cabe citar que o aluno surdo ainda enfrentam barreiras no espaço escolar e na sociedade como um todo.
LDB 94\96

As propostas pedagógicas escolares devem estar fundamentadas nos conhecimentos acumulados sobre como a criança se desenvolve e aprende, procurando responder as suas necessidades e capacidades e oferecendo diferentes experiências que possibilitam seu desenvolvimento pessoal e social. O trabalho dos educadores cria condições para as crianças conhecerem e descobrirem novos conhecimentos, valores, ideias e papéis sociais.

5 METODOLOGIA

No que se refere aos seus procedimentos práticos, este artigo é um estudo de natureza bibliográfica acerca da temática sobre a deficiência auditiva que visa alcançar os objetivos propostos. A pesquisa será realizada por meio da leitura sistemática e produção de fichamentos, a partir de livros que falam sobre a deficiência auditiva ou surdez, artigos, e fontes eletrônicas, por meio de pesquisas

bibliográficas exploratória, por meio das disciplinas estudadas, que abordam o tema proposto e demais assuntos que se referem a educação, inclusão e seus pressupostos.

Para Marconi e Lakatos (2010, p.71):

“A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, etc. Até meios de comunicação orais: rádios, gravações em fita magnéticas e audiovisuais: filmes e televisão.” MARCONI e LAKATOS (2010, p.71)

A respeito da pesquisa de campo, a mesma autora assim se posiciona “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações para um problema o qual se procura uma resposta.”

A referida pesquisa seguiu os passos da pesquisa qualitativa ou quantitativa.

Para Minayo (2001, p. 21 e 22):

“A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa na ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantitativa. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. MINAYO (2001, p. 21 e 22)

A pesquisa é capaz de proporcionar uma compreensão e análise do mundo através da construção do conhecimento. O conhecimento só acontece quando se transita pelos caminhos do saber, tendo como protagonismo deste processo o conjunto ensino/aprendizagem. A pesquisa é um caminho de estudos a ser percorrido e alcançado. Um caminho através da busca, da leitura, da pesquisa, da informação e da doação mútua da busca pelo aprender/saber.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa aprofundou-se no estudo sobre as mudanças na educação do surdo, sua trajetória, a inclusão escolar e a língua de sinais.

Sabe-se que todos tem direito a educação, direito de frequentar uma escola comum, direito de aprender nos limites das próprias possibilidades e capacidades, direito a conviver com outras pessoas, “normais” ou diferentes. E quanto mais diversificadas forem as experiências, quanto mais atraente os desafios, mais a criança cresce em seu nível de conhecimento. Na prática, a inclusão sugere a capacidade de entender e reconhecer na outra pessoa um ser em potencial, capaz

de dividir seus sentimentos e, de certa forma, com o privilégio de conviver e compartilhar os conhecimentos com pessoas diferentes, sem exceção.

Acredita-se, que, a educação sozinha não resolve todos os problemas das pessoas surdas, mas é um elemento fundamental nos processos de transformação social. Onde, todos possam, dentro de suas possibilidades, um pouco mais de condições de conviver na sociedade como cidadãos plenos. E a inclusão tem como meta colocar essas pessoas em condições de interação com os ouvintes, explorando o máximo suas condições sócio-cognitivas para o acesso aos bens culturais. Silva e Vizim, (2001, p. 26), “sem dúvida, a escola inclusiva é aquela que pode realizar a “cidadania do nós”, romper-se com a desigualdade e com o preconceito.”

Na sala de aula, a inclusão requer, para um atendimento amplo e eficiente, que o professor esteja preparado para esta prática. A audição é o meio pelo qual o indivíduo aprende a falar, e conseqüentemente, a se relacionar com as demais pessoas. Dessa forma, a falta da audição pode significar uma grande ruptura nesse relacionamento, causando prejuízos irreparáveis na sua formação, afetando o equilíbrio, a comunicação e a inclusão dessa pessoa na sociedade. A ausência desse profissional em sala compromete o processo de ensino-aprendizagem, tendo em vista que todo esse processo está baseado na comunicação.

O surdo é o único que possui uma Cultura e necessita de uma língua diferente para comunicar-se na sociedade. Privado da audição ele registra visualmente os sentimentos na expressão humana. No seu mundo silencioso ele precisa de um intérprete. E a Libras é considerada a língua natural do surdo brasileiro e seus usuários são capazes de expressar tudo que uma língua oral consegue.

Diante dos fatos, entende-se, que a inclusão é um processo que está em construção e os profissionais da educação devem estar unidos para melhorar o acesso dessas pessoas aos espaços escolares. A família também apresenta um papel fundamental no bom desenvolvimento dos alunos especiais na escola. Para que o aluno possa aceitar sua condição e superar suas dificuldades, é preciso que a família aceite e o apoie. Esta autoconfiança faz com que seu desenvolvimento seja promissor, o que auxilia muito nos desafios e obstáculos encontrados na escola.

REFERÊNCIAS

_____, **Documento da Base Nacional Comum Curricular – Educação é a Base (BNCC).** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79601-anexo-texto-bncc-reexportado-pdf-2&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192

_____. Educação infantil : **saberes e práticas da inclusão** : dificuldades de comunicação e sinalização : surdez. [4. ed.] / elaboração profª Daisy Maria Collet de Araujo Lima – Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal... [et. al.]. – Brasília : MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. 89 p. : il.

_____. Educação infantil : **saberes e práticas da inclusão** : dificuldades de comunicação e sinalização : surdocegueira/múltipla deficiência sensorial/coordenação geral – Francisca Roseneide Furtado do Monte, Idê Borges dos Santos – reimpressão – Brasília : MEC, SEESP Secretaria de Educação Especial, 2005.

BATSHAW, Mark L. e Perret, Yvonne M. **Criança com deficiência: uma orientação médica.** São Paulo, Santos Maltese, 1990.

BISOL, Cláudia; VALENTINI, Carla. **Surdez e deficiência auditiva: qual a diferença?** Objeto de aprendizagem incluir. Caxias do Sul: UCS/FAPERGS, 2011.

BORTOLOTI, R. T. **LIBRAS como possibilidade e alternativa para o ensino da língua portuguesa para o aluno surdo.** Paraná, p. 1-22. Disponível em. Acesso em 02 de março de 2021.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

_____. **LDB. Lei de Diretrizes e Bases.** Ministério da Educação. Brasil 1996.

FERNANDES, Sueli. **Educação de surdos/Sueli Fernandes** – 2 ed. Atual.- Curitiba i.b pex, 2011.

_____. **Educação de surdos;** editora InterSaberes, Curitiba 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 27 ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

LACERDA, Cristina Broglia. SANTOS, Lara Ferreira e MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. **Libras Aspectos Fundamentais.** Editora InterSaberes. Curitiba 2019.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

_____. **Abrindo as Escolas às Diferenças.** In: MANTOAN, M.T.E. (org.) Pensando e Fazendo Educação de Qualidade. São Paulo: Moderna, 2001. (Educação em pauta – Escola & Democracia) 109-128

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MENEGUETE Dulcélia, QUINTEIRO Josira M. Weber. **Manual de Ciências e Geografia**. Curitiba: SEED/SUED/DEE,1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Amarolina. "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.htm>. Acesso em 07 de janeiro de 2021.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA. 1997.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. 19. ed. Campinas, SP: Autores Associados, (1980)

SILVA, Shirley e VIZIM, Marli. **EUCAÇÃO ESPECIAL: Múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas, São Paulo. ALB 2001.